

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ  
Carlos Alberto Richa  
*Governador*

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO  
E COORDENAÇÃO GERAL  
Cassio Taniguchi  
*Secretário*

INSTITUTO PARANAENSE DE  
DESENVOLVIMENTO  
ECONÔMICO E SOCIAL - IPARDES  
Gilmar Mendes Lourenço  
*Diretor-Presidente*

Emilio Kenji Shibata  
*Diretor Administrativo-Financeiro*

Julio Takeshi Suzuki Júnior  
*Diretor do Centro de Pesquisa*

Daniel Nojima  
*Diretor do Centro Estadual de Estatística*

#### EDITORAÇÃO

Maria Laura Zocolotti  
*Supervisão editorial*

Léia Rachel Castellar  
*Diagramação*

Claudia Ortiz  
*Revisão de texto*

Stella Maris Gazziero  
*Projeto gráfico*

## ECONOMIA PARANAENSE: COMPETITIVIDADE E DESAFIOS

*Gilmar Mendes Lourenço\**

Em reuniões realizadas no princípio da atual gestão do governo estadual, nas dependências da Companhia Paranaense de Energia (COPEL) e dos Institutos Lactec, com a participação de secretários de Estado, dirigentes de empresas públicas e autarquias, e respectivas assessorias, discutiram-se as razões de o Paraná ter perdido o trem da expansão da economia brasileira, entre 2003 e 2010, e as providências a serem adotadas para a reversão daquela situação adversa.

Mais especificamente, enquanto o produto interno bruto (PIB) do Estado cresceu 3,8% ao ano, o do País aumentou 4% a.a., naquele intervalo, o que resultou em declínio da contribuição regional para o esforço produtivo nacional de 6,4%, em 2002, para 5,8%, em 2010.

Na verdade, apesar de ser detentor de vantagens competitivas flagrantes em comparação com a maioria dos espaços subnacionais, como localização geográfica estratégica, disponibilidade de mão de obra qualificada e oferta adequada de infraestrutura de energia elétrica e comunicações, o Paraná foi varrido do mapa referencial das escolhas preferenciais dos potenciais investidores, nacionais e internacionais, por conta de uma espécie de represamento regional da demanda por inversões.

Tal fenômeno pode ser imputado, conforme avaliações eminentemente técnicas, à conjugação de algumas fraquezas emergentes, com destaque para a reduzida presença e interferência do Estado na esfera federal, a relação conflituosa entre as instâncias políticas e os atores produtivos locais, a oferta meramente protocolar de um regime de incentivos fiscais e a deterioração do aparato de infraestrutura, particularmente de transportes.

A premência de enfrentamento e superação do panorama desolador exigiu, do executivo estadual, o desencadeamento de uma planejada, meticulosa e arrojada empreitada de articulação entre as forças políticas e sociais atuantes no Paraná, visando à construção das bases para a intensificação da diversificação da matriz regional de produção e comercialização, conectada com as modernas e complexas cadeias globais e nacionais e com acentuado grau de interiorização geográfica. Afinal de contas, os fatores de mudanças deveriam ser redescobertos e transformados em oportunidades.

---

\* Economista, diretor-presidente do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).

Daí o surgimento do Programa Paraná Competitivo que, essencialmente, propiciou a dilação do prazo de recolhimento do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), por parte das empresas elegíveis, em um período de dois a oito anos. O montante a ser quitado, em regime de postergação, também poderia variar, entre 10% e 90%, de acordo com a localização geográfica dos empreendimentos e o volume de empregos criados.

Mais que isso, o Paraná Competitivo sintetizou o núcleo de um novo marco institucional no Estado, âncora para os acordos e contratos celebrados entre governo e demais atores sociais e, por extensão, a restauração da segurança jurídica e de um clima favorável à multiplicação dos negócios por essas paragens.

Ao mesmo tempo, a equipe de planejamento governamental empenhou-se na imediata e consistente preparação de projetos para a desobstrução dos gargalos na infraestrutura econômica e social paranaense, passíveis de cobertura financeira pelas entidades multilaterais de crédito (bancos Mundial e Interamericano de Desenvolvimento) e agências públicas brasileiras.

Nesse *front*, o Estado acusou sucessivas derrotas, ao esbarrar, de forma perene e crescente, em toda a sorte de barreiras erguidas pela administração federal, com a colaboração decisiva de representantes paranaenses no Palácio do Planalto e no Senado da República, pouco comprometidos com a defesa de bandeiras e prioridades manifestadas pela sociedade local, mesmo com as operações já aprovadas pelas entidades prestadoras dos recursos.

A despeito disso, as iniciativas *made in* Paraná ensejaram a formação dos requisitos mínimos indispensáveis ao processo de recomposição e modernização da malha de transportes, com expressiva presença da iniciativa privada, em diferentes modais, o que resultou na retomada das obras dos trechos pedagiados e de recuperação das rodovias estaduais, e no retorno dos investimentos no porto de Paranaguá, entre outros avanços.

Não por acidente, o Paraná contabilizou portfólio de mais de R\$ 35 bilhões em projetos de investimentos industriais privados, nacionais e multinacionais, atraídos pelo Programa Paraná Competitivo, entre fevereiro de 2011 e dezembro de 2014, contra pouco de mais de R\$ 16 bilhões entre 2003 e 2010. Trata-se da maior carteira do País, quando realizado o exercício de cotejo com a amplitude econômica estadual, replicado para as outras unidades federativas.

O ambiente virtuoso pode ser ainda melhor entendido a partir da observação das estatísticas do mercado de trabalho. De acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), foi registrado saldo líquido de 388 mil contratações formais no Paraná entre janeiro de 2011 e outubro de 2014. Foi a quarta maior geração de vagas com carteira assinada do País, sendo 71,1% delas contabilizadas no interior, contra 60,8% entre 2003 e 2010, o que sinaliza o delineamento, ainda que incipiente, de um processo de desconcentração geográfica do produto social.

Na mesma balada, a terceira edição do *ranking* de gestão e competitividade dos estados brasileiros, referente ao ano de 2014, preparada pela empresa de pesquisa da revista britânica The Economist, apurou que o Paraná suplantou o Rio Grande do Sul e Minas Gerais em clima de negócios e capacidade de atração de investimentos, entre 2011 e 2013, passando da quinta para a terceira posição no certame nacional, ficando atrás apenas de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Conforme aquele trabalho, o Paraná é o primeiro estado brasileiro em ambiente econômico, exibindo avanços nas exportações do agronegócio, na renda *per capita*, nos dispêndios realizados pelo setor

privado em pesquisa e desenvolvimento, na qualidade da rede de comunicações e da malha rodoviária e nos estímulos fiscais direcionados às políticas ambientais.

Não é difícil perceber que o Estado vem perseguindo, a partir do começo de 2011, a recuperação, de modo sincronizado entre governo e atores privados, de um conjunto de mecanismos e instituições capazes de assumir funções de autênticas molas propulsoras em estágios de reativação da rota de impulsão dos níveis de atividade nacionais. Mais precisamente, nos últimos quatro anos a sociedade paranaense resgatou o desejo do desenvolvimento, e o governo, de forma conversada e transparente, restaurou os instrumentos capazes de assegurar o suprimento dessa vontade coletiva.

Por tudo isso, o Paraná atravessa um momento bastante privilegiado de transformação de sua fisionomia econômica e social – com reduzido paralelo no País –, que encontra precedentes na história regional apenas na revolução infraestrutural da década de 1960, na modernização agrícola e agroindustrial e implantação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC) e da Refinaria da Petrobras em Araucária, nos anos de 1970, e no ciclo de diversificação, liderado pelas montadoras, entre 1995 e 2002.

Porém, como nenhuma instância federada pode representar o papel de ilha de prosperidade em um oceano de crise, o Estado começou a identificar, especialmente a partir do segundo semestre de 2013, algumas pedras no caminho do desenvolvimento do tecido econômico e social, cuja remoção precisa ser rápida e criteriosamente preparada. Em outras palavras, o panorama adverso que vem assolando a matriz produtiva nacional, desde o princípio de 2011, e que parecia poupar unidades com sólidas âncoras financeiras e políticas, se reproduziu com força por aqui.

A instabilidade chegou ao Paraná em consequência do contágio exercido pela morosa recuperação da economia mundial, mais precisamente do *default* financeiro de 2008, pela queda das cotações internacionais das *commodities* agrícolas e pela ausência de uma orientação macroeconômica consistente do executivo federal, notadamente depois de agosto de 2011, quando começou a ser aplicada uma política econômica intervencionista que inibiu o investimento.

O quadro negativo foi agravado localmente pelo caos produtivo e inflacionário da Argentina, importante destino das vendas externas do Estado, e pela estiagem do final de 2013 e começo de 2014, que ocasionou redução da renda derivada da safra de verão, notadamente as lavouras de milho e de soja, não compensada pelo excelente desempenho apresentado pelas culturas de inverno.

Tanto é assim que após três anos ininterruptos de expansão, o aparelho econômico operante no Paraná amargou resultados medíocres em 2014. O produto interno bruto (PIB) regional variou apenas 0,3% entre janeiro e setembro, contra 0,2% para a média nacional, ancorado no setor de serviços, o que define um padrão de crescimento qualitativamente inferior. Isto depois de ter evoluído 3,8% ao ano entre 2011 e 2013, *versus* acréscimo de 2,1% a.a. para o agregado brasileiro.

Na mesma linha, a produção da indústria recuou 6,1% no Estado, no período de janeiro a outubro de 2014, contra declínio de 3% para o País, com o Paraná encabeçando a performance cadente brasileira, puxada pelos segmentos mais articulados ao agronegócio e aos parques de material de transporte e eletrônico, máquinas e equipamentos e produtos químicos.

Aliás, a retração na indústria é, ao mesmo tempo, causa e consequência da fragilização das trocas comerciais do Estado com o resto do mundo, evidenciada por redução de 10,1% do valor das exportações e de mais de 7,7% das cifras de importações, no resultado acumulado entre janeiro e novembro de 2014, *versus* diminuição pouco superior a 6,1% e 4,3%, respectivamente, para o Brasil.

É prudente reconhecer, em uma atmosfera tão inóspita, tratar-se de um fenômeno conjuntural, motivado, em grande medida, por fatores que escapam ao controle dos agentes econômicos e políticos paranaenses. De fato, a eliminação dos componentes de perturbação e a otimização dos pontos fortes à retomada da escalada econômica do Paraná requerem o acionamento conjugado de alguns aspectos estruturais.

No plano nacional emerge a necessidade de concretização do rearranjo da gestão de curto prazo da macroeconomia, que promova o controle da inflação, das finanças públicas e das contas externas, e de encaminhamento das reformas institucionais, essenciais à elevação da produtividade da base produtiva do País.

Em escala regional, surge a premência de minimizar a ainda forte concentração industrial na RMC, mesmo com os esforços públicos e privados para uma maior disseminação geográfica do crescimento econômico. Há que sublinhar também a busca de ampliação da complementaridade industrial, sobretudo nos ramos metalmeccânico e eletroeletrônico, na tentativa de uma maior internalização dos efeitos dinâmicos do parque automotivo, atraído ao Paraná entre 1995 e 2002 e 2011 e 2014. A busca de articulação com o SEBRAE e o SINDIMETAL, para o alargamento da rede regional de fornecedores e subfornecedores, seria um passo interessante.

Será altamente desejável o prosseguimento das ações de recuperação das estruturas de planejamento público e de fomento econômico e social. Nessa linha, valeria a pena insistir na execução de programas dirigidos ao fortalecimento das vocações e o desenvolvimento de aptidões das regiões e municípios, especialmente aqueles detentores de reduzida densidade industrial e/ou de indicadores sociais inferiores à média do Estado.

Tal tarefa poderia ser maximizada com as múltiplas e pulverizadas incursões da Fomento Paraná, a inserção e presença financeira do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e a participação pulverizada da rede de universidades e faculdades estaduais, capaz de engendrar a identificação de projetos viáveis para o reforço das vantagens desfrutadas por algumas regiões e a superação do marasmo ou estagnação de outras.

Ainda nesse sentido, parece essencial o melhor aproveitamento da natureza interiorizadora dos empreendimentos infraestruturais e agroindustriais, tendo, para estes últimos, a indispensável colaboração das cooperativas que carregam incontáveis atributos. Entre eles, vale grifar o domínio da oferta de matérias-primas, a enorme capacidade de industrialização, a atuação semelhante às grandes corporações, em gestão, produção e mecanismos de capitalização, o maior coeficiente de geração de emprego por unidade de capital investido, e a operação regionalizada, o que facilita a identificação de oportunidades e a eficiente alocação de recursos em integração e verticalização, mais próxima dos locais de origem da produção.

Mostra-se relevante a multiplicação de investimentos em áreas de vanguarda científica e tecnológica e em qualificação de mão de obra, mirando a elevação da produtividade, notadamente do trabalho, em um ambiente estrutural de escassez desse fator, explicado especialmente pelas intensas transformações demográficas que atingem o País.

Estas, expressas pelas quedas nas taxas de fecundidade e, por extensão, diminuição da população em idade ativa, e pela ampliação da expectativa de vida e do contingente de idosos, constroem o crescimento econômico, comprimem as somas financeiras, públicas e privadas, destinadas ao investimento, e elevam a participação de gastos com saúde e previdência social nos orçamentos dos estados.

É imprescindível também perseguir o abrandamento das limitações da capacidade de gasto e investimento público, por meio de programas e iniciativas voltadas à redução estrutural de despesas e melhoria da eficiência arrecadatória. O Tesouro Estadual vem enfrentando percalços financeiros nada desprezíveis, especialmente desde o segundo semestre de 2013, pressionado por algumas fontes episódicas de alargamento de dispêndios, como a impulsão do montante da folha de salários dos funcionários públicos, devido a majorações inerciais, herdadas da gestão antecedente.

Tal restrição foi maximizada com a priorização à educação e a contratação de mais de 17 mil profissionais de ensino, em menos de três anos, a ampliação da jornada extraclasse e a promoção da equalização salarial dos professores com os demais servidores de nível superior do governo do Estado.

O panorama fiscal menos empolgante também sofreu influência do menor incremento do potencial de receita tributária, estimado em mais de R\$ 2 bilhões, em decorrência dos efeitos da redução dos encargos federais incidentes sobre as tarifas de energia elétrica (principal fonte de ICMS no Estado), da extinção da contribuição de intervenção sobre o domínio econômico (CIDE), cobrada sobre comercialização de combustíveis, e da queda dos repasses do fundo de participação, provocada pelo declínio da arrecadação do IPI, consequência da diminuição das alíquotas para uma cesta de bens de consumo duráveis e de materiais de construção.

Adicione-se a interferência do exíguo empenho de representantes paranaenses, integrantes da administração federal, nas tarefas de reversão da tendência decrescente das despesas da União no Estado, mesmo com a abundância de propostas e projetos, e obtenção de autorização da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para a liberação dos financiamentos aprovados junto às entidades multilaterais de crédito e ao BNDES.

Não obstante, o endividamento do governo paranaense, estimado em R\$ 15 bilhões, compromete menos de 60% da receita corrente líquida, sendo a menor proporção entre as unidades do Sul e do Sudeste brasileiro (exceto Espírito Santo), contra 86,5% em 2010, 78,4% da média nacional, e mais de 150% para Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo. Por esse indicador, o Estado estaria apto ao recebimento das garantias e autorizações federais para a finalização dos atos de contratação dos empréstimos pleiteados desde o início de 2011, cruciais para a elevação da taxa de investimento público.

Exatamente por isso, a reativação econômica sustentada do Paraná também depende da inversão do quadro de tímida influência regional na órbita federal, imprescindível à implementação de aprimoramentos na oferta de infraestrutura econômica e social, incluindo físicos, além daqueles vinculados à ciência e tecnologia, com pronunciada presença e participação do setor privado. Só assim será factível a diminuição do Custo Paraná e a ampliação da eficiência produtiva da microeconomia do Estado.

Nessa perspectiva, torna-se vital maior dedicação a uma empreitada de gestões mais incisivas para a recriação da Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (SUDESUL), extinta em 1990, junto com a instituição do fundo de desenvolvimento regional, uma das saídas para a minimização da anomalia representada pelo fato de o Paraná ser o 5.<sup>o</sup> Estado brasileiro em arrecadação de tributos e apenas o 24.<sup>o</sup> em investimentos federais.